



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE JACINTO

Autos nº.: 0027766-95.2015.8.13.0347

Exequente: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO JACINTO

Executado: JERÔNIMO RODRIGUES DE LIMA

SENTENÇA

Trata-se de exceção de pré-executividade apresentada pelo executado, ao argumento de vício insanável na certidão de dívida dativa, nulidade da citação, ausência de notificação do procedimento administrativo e prescrição. Por conseguinte, requereu o excipiente a extinção da execução fiscal.

Intimado para apresentar impugnação, o exequente alegou que a citação é válida, uma vez que o executado se recusou a receber a citação. Quanto ao procedimento administrativo, alega que o devedor foi devidamente intimado.

Além disso, alega que a petição está instruída em conformidade aos parâmetros legais. Quanto ao prazo quinquenal que se refere a lei, é aplicado para punir os ilícitos praticados pelo executado, não sendo cabível esse prazo para ressarcimento pelo prejuízo causado.

É o breve relato. Decido.

a) *Da exceção de pré-executividade*

Com relação à espécie de defesa apresentada, a Súmula 393/STJ preconiza a sua aplicação: **"A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória."**

Verifica-se que a espécie utilizada tem razão de ser, uma vez que não há a necessidade de garantia do juízo para a sua apresentação, como nos embargos à execução fiscal.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE JACINTO

No entanto, assim como consolidou o enunciado supramencionado, esta exceção apenas pode se referir a questões relacionadas a matérias que sejam de ordem pública.

b) *Da nulidade da citação no processo judicial*

Segundo entendimento pacífico deste tribunal, quando a parte se recusar a receber a correspondência, a mera declaração do carteiro responsável pela entrega não basta por realizada a citação.

Entretanto, no presente caso, o executado compareceu aos autos à folha 25, o que supre a falta ou a nulidade da citação, conforme artigo 239, §1º, do CPC.

Além disso, o egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais entende que:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO. NULIDADE. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO DEVEDOR. SUPRIMENTO DA MÁCULA. PENHORA. CONTA CORRENTE. PROVA DA IMPENHORABILIDADE. AUSÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

- Embora nula a citação postal, por ter sido a carta entregue no local em que comprovadamente não reside o devedor, o comparecimento espontâneo do executado aos autos tem o condão de sanar a mácula. Inteligência do artigo 239, §1º, do CPC.

- O reconhecimento da impenhorabilidade do numerário bloqueado em conta corrente exige a comprovação por parte do devedor de que a verba constrita deriva do pagamento do salário ou dos proventos de aposentadoria.

- Recurso não provido. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.21.059406-5/001, Relator(a): Des.(a) Corrêa Junior, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 25/05/2021, publicação da súmula



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE JACINTO

em 31/05/2021)

Diante do exposto, observo que a necessidade ou a nulidade da citação foi suprida, uma vez que o executado compareceu aos autos voluntariamente.

c) Da nulidade do processo administrativo

A parte executada alegou nulidade no processo administrativo, uma vez que não notificada da existência do procedimento.

Compulsando os autos, verifico que foi juntado pela parte autora à folha 18 um comprovante de pagamento de uma carta comercial. No comprovante é possível analisar que não há endereço o qual a carta foi direcionada, tão pouco o comprovante de que o executado foi cientificado.

A notificação do devedor no processo administrativo é requisito essencial de validade do título, a fim de possibilitar o direito constitucional ao contraditório e a ampla defesa.

O egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais entende que:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - JUSTIÇA GRATUITA - RECOLHIMENTO DO PREPARO - ATO INCOMPATÍVEL - INOVAÇÃO RECURSAL - IMPOSSIBILIDADE - JUÍZO NEGATIVO PARCIAL DE ADMISSIBILIDADE - OFENSA À AMPLA DEFESA - APRESENTAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO - DESNECESSIDADE - INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA - ISSQN - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO NA CDA - NULIDADE - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. O recolhimento do preparo recursal consubstancia ato incompatível com o pedido de justiça gratuita formulado na mesma oportunidade. A inovação recursal encontra óbice nos princípios da ampla defesa e do contraditório, não



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE JACINTO

se permitindo que pedidos não veiculados na instância originária sejam ventilados, de forma originária, em sede recursal. Não configura ofensa à ampla defesa a ausência do processo administrativo que antecedeu a inscrição em dívida ativa, ante a presunção relativa de certeza, liquidez e exigibilidade de que goza a CDA. É obrigatória a prova da notificação do contribuinte acerca da constituição do crédito tributário, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação. Ausente a prova da regularidade do lançamento, por inexistente a notificação do contribuinte, bem como a indicação precisa dos fundamentos legais que sustentam a cobrança, configuram-se violados os requisitos de validade da Certidão de Dívida Ativa, o que impõe a extinção da execução fiscal. (TJMG - Apelação Cível 1.0334.17.001997-3/001, Relator(a): Des.(a) Kildare Carvalho , 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 20/05/2021, publicação da súmula em 25/05/2021)

Nesse sentido, considerando que não há comprovação nos autos de que a parte executada foi devidamente notificada do processo administrativo, torna-se demonstrado que há vício no procedimento administrativo que deu origem ao débito fiscal.

A certidão de dívida ativa goza de certeza e liquidez, nos moldes do art. 204, CTN. Entretanto, verifico que o crédito tributário foi irregularmente constituído, uma vez que não foi observado o contraditório e a ampla defesa.

Portanto, não houve notificação do executado no procedimento administrativo, havendo respaldo para a extinção da execução fiscal, como deseja o executado.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, acolho a exceção de pré-executividade e, como via de consequência, **JULGO EXTINTA** a presente execução fiscal, com fulcro no art. 485,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE JACINTO

VI do CPC.

Por sucumbente, condeno a requerida em honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, respaldada no art. 85, §3º, inciso I, CPC. Isenta a exequente do pagamento de custas processuais, nos termos do art. 39, Lei 6.830/80.

Sentença dispensada da remessa necessária, nos termos do art. 496, §3º, inciso I, CPC.

P.R.I.C.

Jacinto (MG), 09 de agosto de 2021.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e elegante, identificando a signatária como Letícia Fontes Guédes.

Juíza de Direito Substituta